



O fim da reforma da Previdência

Já se sabia, há algum tempo, que o governo não tinha os votos necessários para aprovar a reforma da Previdência Social. Mesmo assim, o discurso do presidente da República, do ministro da Fazenda e das lideranças governistas na Câmara era otimista, anunciando que o projeto de emenda constitucional seria votado – e aprovado – neste mês de fevereiro.

Foram feitas concessões significativas, que reduziram praticamente à metade a economia prevista na proposta original, mas nem isso redundou em aumento do apoio. E agora, com a intervenção federal na área de segurança pública no Rio de Janeiro, não há mais saída: a reforma não pode ser votada e promulgada durante a vigência do ato, e o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, afirmou que a tramitação do projeto está suspensa, porque não existe segurança jurídica para manter sua discussão no Congresso.

A hipótese de votar a matéria em dezembro é praticamente impossível. Não se sabe se a intervenção será suspensa até lá, com cenário bem diferente a esta altura: haverá um novo presidente eleito, e o Congresso terá sido renovado. Caberá a eles a iniciativa e a decisão de votar a reforma, mas apenas a partir de 2019.

Não houve reações dramáticas nos mercados financeiros. A impossibilidade de votar a questão já estava presente e definida, “precificada”, como é o jargão da área. Isso não significa, porém, que o tema desapa-

rece de vez da agenda política e econômica nacional. Ao contrário, tem enorme relevância e precisará ser enfrentado pelo novo governo, esperando-se que haja, de fato, amplo debate sobre a questão durante a campanha eleitoral que se avizinha.

Muitos opositores da reforma criticam o teor da atual proposta, mas reconhecem que mudanças são necessárias. Apesar de impopular, e enfrentar forte resistência, há, portanto, espaço para recolocar o assunto na pauta, e reapresentá-lo, com novo formato e conteúdo, embora alguns pontos fundamentais, como a idade mínima para aposentadoria e a equiparação entre o setor público e privado, sejam inevitáveis.

Com o fim da tramitação da reforma da Previdência, as apostas do governo vão para o sucesso (ainda que parcial) na intervenção na segurança no Rio de Janeiro, e em um conjunto de medidas na área econômica, que incluem a autonomia do Banco Central, reforma do PIS/Cofins, privatização da Eletrobras, e reoneração da folha de pagamento de empresas.

Várias dessas propostas não são novas e tramitam há algum tempo no Congresso. Resta saber se um governo próximo do fim, com dificuldades para garantir maioria, terá força para aprovar tais iniciativas. O ano eleitoral é outro sério complicador, na medida em que os parlamentares candidatos à reeleição dificilmente votarão a favor de temas polêmicos, que dividem opiniões e contrariam interesses.

PTB desiste de indicar Cristiane para ministério

Sem previsão de uma decisão judicial, o PTB desistiu da indicação da deputada federal Cristiane Brasil (PTB-RJ) para o comando do Ministério do Trabalho. O presidente nacional do partido, Roberto Jefferson, disse que conversaria com o presidente Michel Temer sobre a indicação de outro nome da legenda para a pasta. Segundo ele, a sua filha seguirá como deputada federal. A informação de que o partido indicará outro nome foi antecipada pela Folha de S. Paulo. “O caminho será conversado com o presidente. A ministra Cármen Lúcia não votará antes do segundo semestre. Vamos andar, caminhar para frente”, disse Jefferson. A previsão é de que o dirigente do partido converse ainda nesta semana com o emedebista para fechar um nome para a pasta. Os mais cotados para o cargo são os deputados federais Alex Canziani (PR) e Jorge Corte Leal (PE). A legenda chegou a sugerir anteriormente Sérgio Moraes (RS), mas o presidente demonstrou resistência.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 21/02/2018

Governo descarta reforma via projeto de lei

O governo Michel Temer tem o diagnóstico de que, neste momento, não vale a pena propor medidas alternativas para reduzir os gastos com a Previdência Social. A saída é ventilada por alguns aliados do presidente e tem por objetivo lançar mão de projetos de lei que alterem normas sem a necessidade de emenda à Constituição, vedada com a intervenção federal na segurança pública do Rio. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afastou a hipótese nesta terça-feira (20), por considerar que alterações infraconstitucionais aumentariam a desigualdade entre funcionários do setor privado e servidores públicos, um dos principais problemas que a reforma buscava alcançar. "Não vale a pena. Uma medida infraconstitucional para a Previdência só afetaria a Previdência privada, o regime geral, o que pioraria as diferenças que já existem hoje", afirmou à Folha. "A reforma tem de continuar. Quando acabar a intervenção ainda neste ano ou em 2019, o Brasil terá de discutir este assunto." O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, também se mostrou contra. "Não está no nosso radar." Uma das preocupações de economistas e analistas do mercado financeiro é a sobrevida da regra do teto de gastos do governo sem a reforma da Previdência.

O instrumento limita a expansão dos gastos públicos à inflação. Há dúvidas sobre a capacidade em comprimir as demais despesas e compensar o aumento, bem acima da inflação, dos gastos com a Previdência já em 2019. Em 2020, o espaço de manobra é nulo. Oliveira admitiu a dificuldade, mas negou que a regra do teto tenha ficado inviável. "Não subiu no telhado. Para 2019, vai dar, com muito aperto, mas vai dar. Mais para a frente já complica, então terá de enfrentar a questão da Previdência", disse. "São coisas que temos repetido. O problema [do crescimento dos gastos com a Previdência] é tão grande e tão grave que não tem como adiar indefinidamente." Um grupo de deputados da base aliada apresentou ao presidente Temer na segunda-feira (19) proposta para resgatar alguns pontos da reforma da Previdência por meio de projetos que exigem menos votos para aprovação. Temer se comprometeu a conversar com os presidentes da Câmara e do Senado, após análise da Casa Civil e da equipe econômica sobre a viabilidade das medidas. O texto preliminar foi levado pelos deputados Darcísio Perondi (MDB-RS), Pauderney Avelino (DEM-AM) e Beto Mansur (PRB-SP), que sempre estiveram na linha de frente do debate a favor das mudanças previdenciárias.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 21/02/2018

Prepare-se já para declarar Imposto de Renda no prazo

Depois do Carnaval, é hora de começar a pensar na declaração de Imposto de Renda. O acerto de contas com o Leão deve começar em 1º de março, como ocorre todos os anos. A Receita Federal ainda não publicou as regras para entrega da documentação este ano. Mas, você pode se preparar desde já para não se atrapalhar quando o prazo começar a valer, avisam os especialistas. Lembre-se, quem não envia a declaração paga multa. Em 2017, o valor mínimo foi de R\$ 165,74. Por isso, mãos à obra. "Separar a documentação que será usada é a dica a partir de agora", explica o delegado do Conselho Regional de Contabilidade de São Vicente, Marcelo Rocha. Na lista, estão os documentos a serem usados para comprovar as chamadas despesas que podem ser deduzidas, afirma o diretor da Confirp, Welinton Mota.

Fonte: Jornal A Tribuna – 21/02/2018

Renda universal na era do pós-emprego

A ideia de uma renda básica universal garantida a todas as pessoas adultas, independentemente do trabalho, ganha novos adeptos no mundo inteiro. Sua popularidade cresce ligada à percepção de que, devido aos avanços da tecnologia, os empregos se tornarão cada vez mais raros. No Vale do Silício, por exemplo, a iniciativa é vista como forma de compensar o desemprego gerado pela automação. Entre seus defensores surgem nomes como Mark Zuckerberg e Chris Hughes, criadores do Facebook, e Elon Musk, um dos empresários mais inovadores do planeta e fundador da Tesla Motors, que pretende pôr no mercado carros que dispensam motoristas. Esse movimento tem um motivo simples: o emprego formal está em decadência. Pela primeira vez desde o início da industrialização, as inovações tecnológicas ameaçam destruir mais postos de trabalho do que podem criar. Pesquisas mostram que a substituição de atividades humanas por robôs vai muito além das funções rotineiras, pois eles já são capazes de estabelecer nexos entre percepção visual, computação espacial e destreza. Com isso, os empregos intermediários tendem a desaparecer, restando, de um lado, os trabalhos pouco qualificados e mal remunerados, e, de outro, os muito qualificados e mais bem remunerados. Essas transformações têm impactos na distribuição de renda, na incerteza quanto ao futuro dos jovens, na precarização do trabalho, nos projetos da esquerda e, especialmente, na associação entre proteção social e emprego.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 18/02/2018